



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 2.334, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021.**

**ALTERA A SEÇÃO II DA LEI COMPLEMENTAR 056, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE REGULAMENTA A TAXA DE TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais faz saber que a **Câmara Municipal aprovou, e Eu, sanciono e promulgo** a seguinte;

**LEI:**

**Art. 1º** A Seção II da Lei Complementar 056, de 21 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Seção II**

**TAXA DE TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO**

**Subseção I**

**Fato Gerador e Incidência**

**Art. 75.** A Taxa de Transporte e Destinação Final de Lixo tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta, remoção de lixo e destinação final dos resíduos sólidos, prestados pelo Município ou colocados à disposição do contribuinte, diretamente ou por meio de concessionários, colhidos em depósito de lixo domiciliar, residencial, hospitalar e detritos orgânicos.

**Art. 76.** A incidência considera-se ocorrida, no dia primeiro de janeiro de cada exercício, com o serviço de transporte e coleta de lixo prestado ao contribuinte ou colocado à sua disposição, durante todo o ano.

## **Subseção II**

### **Sujeito Passivo**

**Art. 77.** O sujeito passivo da taxa é o comerciante, proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel, edificado ou não, localizado em logradouro beneficiado pelo serviço de coleta, remoção e destinação de lixo.

**§1º** Considera-se também lindeiro o bem imóvel que tenha acesso à via ou logradouro público, por ruas ou passagens particulares, entrada de viela ou assemelhados.

**§2º** Para os fins dessa lei são adotadas as seguintes classificações de imóvel:

**I - Residencial:** imóvel destinado à moradia;

**II - Comercial:** imóvel destinado à atividade privada voltada para a comercialização de produtos ou serviços;

**III - Industrial:** imóvel destinado à atividade privada voltada para a produção de bens de qualquer natureza;

**IV - Hospitalares:** imóveis utilizados em atividade voltada a saúde humana ou animal e que produzam resíduos sólidos resultantes de atividades médico-assistenciais na área da saúde, voltadas às populações humana e animal, compostos por materiais biológicos, químicos e perfurocortantes, ou outros que existam;

**V - Públicos e Templos de qualquer culto:**

**a)** Público: imóveis utilizados por órgãos da administração pública direta e indireta da União, Estados e Municípios, que produzam resíduos sólidos resultantes de atividades administrativas, médico-assistenciais na área da saúde, voltadas às populações humana e animal, compostos por materiais biológicos, químicos, e perfuro cortantes, ou outros que existam.

**b)** Educacional: Estabelecimento público ou privado destinado a ensino coletivo;

**c)** Associações sem fins lucrativos: pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos reconhecidas de interesse Público;

**d)** Instituições Religiosas.

**VI - Terrenos não Edificados:** Imóveis desprovidos de qualquer tipo de construção;

**§3º** Os imóveis que possuírem dupla destinação serão enquadrados na alíquota de maior valor.

### **Subseção III**

#### **Base de Cálculo**

**Art. 78.** A base de cálculo da taxa, que tem como finalidade o custo estimado do serviço utilizado pelo contribuinte ou posto a sua disposição, será calculada e devida, em função dos valores estipulados na Tabela anexa a esta Lei.

**Art. 78-A** A taxa tem como base de cálculo o custo estimado para execução e manutenção dos serviços de coleta, transporte e destinação final do lixo, e será calculada anualmente, para cada unidade imobiliária, em função do uso efetivo ou potencial dos serviços, conforme tabela anexa a esta lei.

**Parágrafo Único.** São critérios para o rateio do custo: Fórmula de cálculo: (ÁREA CONSTRUÍDA/EDIFICADA e NÃO EDIFICADA em m<sup>2</sup> x ALÍQUOTA em UPF) = VALOR DA TAXA em UPF.

### **Subseção IV**

#### **Lançamento e Recolhimento**

**Art. 79.** O Rateio do custo total dos serviços estabelecidos nesta Lei será devido anualmente e dividido conforme cálculo estabelecido na referida tabela.

**Parágrafo único.** Não haverá incidência da taxa de transporte e destinação final de lixo sobre as chácaras, sítios e propriedades rurais em que comprovadamente não houver acesso para coleta.

**Art. 79-A** A taxa de coleta e tratamento de lixo será lançada de ofício, preferencialmente no primeiro dia de janeiro de cada exercício financeiro, em conjunto com o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, com a obrigatória identificação da mesma na respectiva notificação de lançamento.

**Art. 80.** Sendo anual o período de incidência, o lançamento e recolhimento da taxa ocorrerão juntamente com o do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, levando-se em conta a situação fática do imóvel existente à época da ocorrência do fato gerador.

**Art. 81.** A impugnação contra o lançamento terá o mesmo tratamento previsto na legislação municipal tributária.

**Parágrafo Único.** Qualquer omissão ou regulamentação complementar relativa às subseções desta Seção, poderão ser tratadas através de Atos ou Instruções Normativas, baixadas pela autoridade municipal competente.

**Art. 81-A** Fica criada a Isenção da taxa de Lixo, ao contribuinte que requeira e apresente provas, conforme disposto a seguir:

**§1º** Será beneficiário da isenção referente ao Art. 81-A, o contribuinte que obtiver renda não superior a um salário mínimo, que for aposentado, pensionista, ou beneficiário junto ao Instituto Nacional do Seguro Social INSS, desde que possua um único imóvel destinado à residência, além de não possuir débitos junto ao poder público, conforme Lei 1.575 de 10 de Dezembro de 2010.

**§2º** Será beneficiário da isenção referente ao Art. 81-A, o contribuinte que, comprovadamente, utilizar o imóvel denominado chácara em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindústria, sendo que o contribuinte deverá demonstrar que no imóvel se explora economicamente, no mínimo, uma dessas atividades, conforme Decreto 084 de 15 de Abril de 2021.

**§3º** Será beneficiário da isenção referente ao Art. 81-A, o contribuinte que comprove ser portador ou que tenha como dependente alguma deficiência física ou mental, incluindo autistas e/ou portadores de doenças graves, conforme Lei 2.179 de 30 de Dezembro de 2019.

## **Subseção V**

### **Infrações e Penalidades**

**Art. 82.** As infrações e penalidades em relação à esta taxa, se necessário, será regulamentada através de Ato ou Instrução Normativa.

**Art. 82-A** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a ingressar no CIMCERO (Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia), convalidando-se e ratificando-se todos os atos já praticados.

**Parágrafo Único.** Fica o Município autorizado a efetuar contratação com o CIMCERO, principalmente quanto a destinação final do lixo urbano.

**Art. 82-B** Ficam revogados os incisos I e V do artigo 68, os artigos 69 a 74, bem como os artigos 98 a 105, da Lei Complementar 056, de 21 de dezembro de 2019.

**Art. 83-C** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 150, inciso III, alíneas b e c, da Constituição Federal de 1988.

**PALÁCIO DAS PALMEIRAS, 22 DE DEZEMBRO DE 2021.**

**Prof. Ms. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO ÚNICO**

<b>COMERCIAL</b>		
Área Edificada	Quantidade de Imóveis	Valor em UPF
Até 60m <sup>2</sup>	100	5 UPFs
61 a 120m <sup>2</sup>	140	7 UPFs
121 a 250m <sup>2</sup>	200	9 UPFs
Acima de 250m <sup>2</sup>	230	10 UPFs
<b>EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL</b>		
Área Edificada	Quantidade de Imóveis	Valor em UPF
Até 60m <sup>2</sup>	1.100	2 UPFs
61 a 120m <sup>2</sup>	1.850	3 UPFs
121 a 250m <sup>2</sup>	1.880	5 UPFs
Acima de 250m <sup>2</sup>	460	6 UPFs
<b>IMÓVEL NÃO EDIFICADO</b>		
Área	Quantidade de Imóveis	Valor em UPF
01 a 250m <sup>2</sup>	100	0,3 UPFs
251 a 500m <sup>2</sup>	328	0,4 UPFs
501 a 1.000m <sup>2</sup>	860	0,5 UPFs
Acima de 1.000	90	0,6 UPFs
<b>INDUSTRIAL</b>		
Área Edificada	Quantidade de Imóveis	Valor em UPF
01 a 300m <sup>2</sup>	5	7 UPFs
301 a 600m <sup>2</sup>	10	10 UPFs
Acima de 601m <sup>2</sup>	10	12 UPFs
<b>PUBLICAS/IGREJAS</b>		

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 -  
Centro - Fone 069- 3341-3421 –CEP  
76.993-000

Email [gabprefcol@hotmail.com](mailto:gabprefcol@hotmail.com) / Site  
[www.coloradodoeste.ro.gov.br](http://www.coloradodoeste.ro.gov.br)  
**COLORADO DO OESTE - RO**



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **José Ribamar de Oliveira, Prefeito**, em 22/12/2021 às 10:22, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 095 de 29/04/2020](#).

Área Edificada	Quantidade de Imóveis	Valor em UPF
01 a 300m <sup>2</sup>	33	5 UPFs
301 a 600m <sup>2</sup>	14	6 UPFs
Acima de 601m <sup>2</sup>	14	7 UPFs



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br](https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br), informando o ID **112569** e o código verificador **EB723E46**.

Docto ID: 112569 v1



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE**

**ERRATA À LEI COMPLEMENTAR Nº 2.334, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021.**

**DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.334, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO A SEÇÃO II DA LEI COMPLEMENTAR 056, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE REGULAMENTA A TAXA DE TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, torna pública a seguinte **ERRATA**:

**LEI:**

**Art. 1º - RETIFICA** a Lei nº 2.334, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021, que dispõe sobre **A ALTERAÇÃO A SEÇÃO II DA LEI COMPLEMENTAR 056, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE REGULAMENTA A TAXA DE TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO**, no que se refere à **sua numeração**, passando a vigorar com a seguinte redação:

**Parágrafo Único** - Onde se lê **LEI COMPLEMENTAR Nº 2.334 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021**, leia-se **LEI COMPLEMENTAR Nº 096 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021** .

**Art. 2º** - Esta **Errata** entra em vigor na data de sua publicação, **com seus efeitos retroativos a data de 22 de dezembro de 2021**.

**PALÁCIO PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE, 06 DE JANEIRO DE 2022.**

# JOÃO BATISTA PEREIRA

Prefeito em exercício

---

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 –CEP 76.993-000

Email [gabprefcol@hotmail.com](mailto:gabprefcol@hotmail.com) / Site [www.coloradodoeste.ro.gov.br](http://www.coloradodoeste.ro.gov.br)

## COLORADO DO OESTE - RO



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO BATISTA PEREIRA, PREFEITO EM EXERCÍCIO**, em 06/01/2022 às 12:17, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 095 de 29/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br), informando o ID **115723** e o código verificador **D7CDF270**.

Docto ID: 115723 v1